

de acessoria que entender necessários desde que a sua dotação orçamental garanta a cobertura financeira necessária.

2. Para todos os efeitos legais a execução dos contratos será feita pela Direcção Nacional de Planificação.

ARTIGO 4

(Princípios gerais de funcionamento)

1. As delegações dos diferentes organismos citados no artigo 1, adiante designadas genericamente por equipas, deverão ter um chefe de equipa nomeado pelo respectivo Ministro de tutela.

2. Os restantes membros das equipas serão designados pelo respectivo chefe e participarão nas reuniões do CTP sob sua convocação.

3. A dimensão das equipas não deverá ultrapassar quatro elementos incluindo o respectivo chefe.

4. As reuniões ordinárias do CTP serão mensais e as extraordinárias serão convocadas pelo seu Presidente, por escrito, junto dos chefes de cada equipa.

5. A não comparência a uma reunião ordinária ou extraordinária do CTP terá que ser justificada por escrito pelo chefe da respectiva equipa.

6. Os membros permanentes e não permanentes do CTP terão direito a uma senha de presença.

O montante da senha de presença será fixado anualmente pelo Ministro do Plano.

7. Considerar-se-á que existe quórum de funcionamento do CTP desde que esteja presente pelo menos um elemento de cada equipa.

8. As decisões a que houver lugar no âmbito do CTP serão lavradas em acta assinada por todos os participantes.

9. As equipas que não concordarem com a decisão tomada podem lavar declarações em que expressam o seu parecer.

10. As actas das reuniões deverão, após aprovadas em votação, constituir anexos dos documentos preparados pelo CTP.

11. As conclusões do trabalho do CTP serão submetidas à análise, apreciação e decisão do Conselho de Ministros, pelo seu Presidente.

ARTIGO 5

(Disposições finais)

1. Os encargos a que der lugar a actividade do CTP serão suportados por dotação orçamental a inscrever anualmente, no Orçamento da Comissão Nacional do Plano.

2. O CTP funcionará nas instalações da Comissão Nacional do Plano.

3. Os aspectos omissos no presente diploma serão objecto de proposta do CTP ao Ministro do Plano.

4. A primeira reunião do CTP deverá verificar-se nos trinta dias seguintes à entrada em vigor do presente diploma.

COMISSÃO NACIONAL DO PLANO E MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Diploma Ministerial n.º 19/90

de 21 de Fevereiro

A definição de ZONA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO PLANIFICADO, insere-se no plano e programas de desenvolvimento em vista à promoção do aumento da produção e da produtividade na agricultura pelos diversos sectores que nela actuam, quer o familiar, o privado, o cooperativo ou o estatal.

O aproveitamento do complexo hidráulico de Corumana mediante a construção de obras de regadio e a planificação da sua utilização numa extensa área, tem como objectivo optimizar o rendimento económico da zona através da exploração científica dos seus recursos naturais e a criação de melhores condições de vida e trabalho para os seus habitantes.

A realização de investimentos pelo Estado em projectos na zona, permitirá potencializar os rendimentos dos agentes económicos e assegurar a recuperação das despesas governamentais mediante a aplicação de uma política fiscal que incentive o rápido desenvolvimento dos factores dinamizadores da rentabilidade do sector primário.

Nestes termos, os Ministros do Plano e da Agricultura, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 5 do Decreto n.º 16/87, de 15 de Julho, determinam:

Artigo 1. É definida como ZONA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO PLANIFICADO DE SABIE-N'KOMATI, a área compreendida nos limites determinados pelos pontos geográficos singulares, unidos por uma linha quebrada contínua, de acordo com a seguinte caracterização:

1. As coordenadas correspondentes aos pontos geográficos são:

Pontos geográficos singulares	Latitude Sul	Longitude Este
Ponto (1)	24° 47' 18"	32° 00' 17"
Ponto (2)	25° 08' 27"	32° 31' 27"
Ponto (3)	25° 09' 54"	32° 33' 06"
Ponto (4)	25° 11' 37"	32° 33' 40"
Ponto (5)	25° 16' 43"	32° 31' 56"
Ponto (6)	25° 22' 07,,	32° 28' 12"
Ponto (7)	25° 27' 49"	32° 23' 11"
Ponto (8)	25° 27' 30"	32° 21' 50"
Ponto (9)	25° 26' 29"	32° 14' 33"
Ponto (10)	25° 26' 08"	32° 14' 10"
Ponto (11)	25° 26' 52"	32° 13' 15"
Ponto (12)	25° 23' 07"	32° 12' 23"
Ponto (13)	25° 19' 16"	32° 08' 15"
Ponto (14)	25° 17' 32"	32° 07' 20"
Ponto (15)	25° 18' 53"	32° 01' 20"

2. O limite definido pela linha de união dos pontos geográficos singulares referidos na alínea anterior é determinado da seguinte maneira:

- A partir do ponto (1) que se situa na fronteira com a República da África do Sul, segue o curso do rio Massintonto, para jusante, até a sua foz no rio N'komati (ponto 2);
- A partir do ponto (2), segue em alinhamento recto, para Sudeste, até o ponto em que o rio Chitsandezana é atravessado pela linha férrea de Magude a Moamba (ponto 3);
- A partir do ponto (3), segue em alinhamento recto, para Sudeste, até a margem Norte-Occidental da lagoa Madeco (ponto 4);
- A partir do ponto (4), segue em alinhamento recto, para Sudoeste, até a picada de Chinhanguanine a Manhiça, num ponto situado a 2050 metros para Oriente da povoação de Chinhanguanine (ponto 5);

- e) A partir do ponto (5), segue em alinhamento recto, para Sudoeste, até a picada de Mangulane a Manhiça, num ponto situado a 2500 metros para Oriente da estação de Mangulane (ponto 6);
- f) A partir do ponto (6), segue em alinhamento recto, para Sudoeste, até a picada de Vundiça a Dingue, num ponto situado a 2500 metros para Sudoeste da povoação de Dingue (ponto 7);
- g) A partir do ponto (7), segue pela picada de Vundiça a Dingue até o seu cruzamento com a linha férrea de Magude a Moamba (ponto 8);
- h) A partir do ponto (8), segue em alinhamento recto, para Noroeste, até o ponto em que o rio Chocotiva é atravessado pela estrada de Moamba a Chinhanguanine (ponto 9);
- i) A partir do ponto (9), segue o curso do rio Chocotiva, para jusante, até a sua foz no rio N'komáti (ponto 10);
- j) A partir do ponto (10), segue em alinhamento recto, para Sudoeste, até o ponto em que o rio Achéne é atravessado pela estrada de Moamba a Sabié, que vai pela margem esquerda do rio N'komáti (ponto 11);
- k) A partir do ponto (11), segue em alinhamento recto, para Noroeste, até a confluência dos rios Sunduine e Munhuine (ponto 12);
- l) A partir do ponto (12), segue o curso do rio Munhuine, para montante, até a sua nascente (ponto 13);
- m) A partir do ponto (13), segue em alinhamento recto, para Noroeste, até uma confluência da margem direita do rio Mabane (ponto 14);

- n) A partir do ponto (14), segue o curso do rio Mabane, para montante, até o ponto que atravessa a linha de fronteira internacional entre a República Popular de Moçambique e a República da África do Sul (ponto 15);
- o) A partir do ponto (15), segue pela linha de fronteira internacional para Norte, até o ponto em que é atravessada pelo rio Massintonto (ponto 1).

Art. 2. Na zona acima definida implementar-se-á um Projecto de Desenvolvimento Integrado Agro-Industrial e Pecuário sob a direcção do Ministério da Agricultura através da Secretaria de Estado de Hidráulica Agrícola que elaborará e implementará os diversos planos integrados correspondentes a área referida no artigo 1.

Art. 3. A elaboração do Plano Director correspondente a área referida no artigo 1 é da responsabilidade do Ministério da Agricultura.

Art. 4. A administração da ZONA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO PLANIFICADO DE SABIÉ-N'KOMÁTI é realizada pelo Ministério da Agricultura através da SEHA a nível central e o Governo da Província de Maputo a nível local.

Art. 5. Os terrenos beneficiados por infra-estruturas hidro-agrícolas de propriedade do Estado na Zona de Desenvolvimento Agrário Planificado de Sabié-N'komáti, ficam sujeitas ao pagamento de uma taxa anual de utilização nos termos a definir por despacho do Ministro da Agricultura sob proposta do Secretário de Estado de Hidráulica Agrícola.

O Ministro do Plano, *Mário Fernandes da Graça Machungo*. — O Ministro da Agricultura, *Alexandre José Zandamela*.

LOCALIZAÇÃO DA ZONA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO PLANIFICADO DE SABIE-NKOMATI, NA PROVÍNCIA DE MAPUTO



